

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, julho de 2015, número 91. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

A relevância da extensão para a produção do conhecimento e atuação junto a comunidades em situação de conflito territorial

ARTIGO DO MÊS

El debate paradigmático y la economía campesina en Colombia

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XXI Congresso Colombiano de Geografía

UNIVERSIDAD DEL VALLE/Cali – Colombia, 07 a 10 de octubre de 2015.

XI Encontro Nacional da ANPEGE – ENANPEGE

UNESP/Presidente Prudente – São Paulo, 09 a 12 de outubro de 2015.

I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 14 a 16 de outubro de 2015.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Apropriação capitalista da terra e a desconcentração fundiária em Jales – SP.

Autor: *Sedeval Nardoque.*

Esta é uma obra que contribui para dismantlar o discurso da propriedade privada como entidade inquestionável, atribuído, fundamentalmente, à sua origem legal. Paradoxalmente, é também um aporte para a compreensão de que o processo de grilagem da terra no Brasil conviveu, contraditoriamente, com a formação da pequena propriedade.



PA Nova Piratininga, História e Atualidade.

Direção: *Geidson D. Vaz;*
Lauriene F. dos Reis;

Olavo A. de Oliveira; Samara L. V. dos Santos e Thiago A. Gonçalves.

Documentário mostra a luta da comunidade local pela terra, através da resistência e toda sua espacialização no espaço geográfico. Foca também a história, a produtividade e os demais problemas que vem ocorrendo nesse assentamento.

Para ver:

<https://www.youtube.com/watch?v=IT2fQX2HR8k>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: *Vários*

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO

Editoração: Danilo Valentin Pereira (bolsista FAPESP), Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Hugo A. Alves (bolsista PROEX).
Revisão: Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira (bolsista FAPESP), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.
Coordenação: Janaina F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Juliana G. B. Mota (bolsista FAPESP) e Valmir J. de O. Valério (bolsista CNPq).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

A RELEVÂNCIA DA EXTENSÃO PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E ATUAÇÃO JUNTO A COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE CONFLITO TERRITORIAL

Simone Raquel Batista Ferreira

Profa. Dra. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Coordenadora do Observatório dos Conflitos no Campo – OCCA
Coordenação do DATALUTA – ES
simone.batistaferreira@gmail.com

Priscila Krause de Almeida

Estudante de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Bolsista do Observatório dos Conflitos no Campo - OCCA

André Azoury Vargas - Enzo Zanotti - Isabel Benincá Gonçalves - Miguel Chaves Saldanha - Nathan Moretto Fernandes - Sebastião Inácio da Cruz - Thamyris Schneider Silva - Vinícius Lima

Estudantes de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Voluntários do Observatório dos Conflitos no Campo - OCCA

INTRODUÇÃO

Em nosso artigo anterior, buscamos apresentar um panorama territorial e socioambiental da região da foz do rio Doce, apresentando a diversidade de comunidades tradicionais em situação de conflito territorial com grandes empreendimentos, e também as primeiras inserções e resultados das atividades de pesquisa e extensão realizadas pelo OCCA. Nesse artigo, procuraremos detalhar essa configuração territorial e apresentar alguns resultados do nosso trabalho, destacando a importância das atividades de extensão na universidade.

TERRITORIALIDADES TRADICIONAIS NA FOZ DO RIO DOCE

Os processos históricos na região da foz do Rio Doce configuram a presença de comunidades tradicionais constituídas por ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, além de indígenas Botocudos e Tupiniquim. Essas comunidades se caracterizam pela forma de existência baseada numa relação harmônica junto ao meio ambiente e os recursos naturais ali disponíveis, e através de saberes repassados por gerações a respeito da biodiversidade, garantem a continuidade de existência no local há séculos. Segundo Porto-Gonçalves (2006), “há sempre um saber inscrito no fazer, e no caso das comunidades tradicionais, os saberes nascem do manejo direto da natureza”.

A partir da exploração do litoral norte capixaba, durante mais de três séculos o homem branco lutou para dominar a região e suprimir os povos originários da terra. Entretanto, alguns elementos postergaram tal domínio, como as densas matas nas margens do rio Doce, os grupos indígenas (Aymoré ou Botocudo e os Tupiniquim) que ali resistiram, e a “febre amarela”.

Sobre os Tupiniquim, eles ocupavam boa parte da faixa litorânea capixaba:

[...] constituem um subgrupo dos Tupinambá, ou, mais genericamente, dos chamados Tupi da Costa, classificados na família lingüística Tupi-Guarani, que habitavam estreita faixa de terra entre Camamu (Bahia) e o rio São Mateus (Espírito Santo). Sendo um grupo costeiro, os Tupiniquim sofreram todo o impacto do processo de conquista. A presença dos

Tupiniquim no litoral do Espírito Santo foi registrada por diversos viajantes que passaram por esta região entre os séculos XVI a XIX (ANAÍ, 2010 *apud* OCCA, 2014, p.36).

Já os Botocudos, que ocupavam e se descolavam pelo vale do rio Doce, foram classificados pelos portugueses como índios “bravios” ou “selvagens”, pela resistência aos aldeamentos indígenas e sua pouca submissão ao processo “colonizatório” português. Essa resistência acabou por reforçar as atitudes violentas e as chacinas empenhadas pela Coroa Portuguesa sobre o povo Botocudo. Durante os séculos XIX e XX,

A atividade do porto em Regência Augusta, em paralelo ao quartel militar, fixou portugueses, negros e caboclos no distrito. A expansão de fazendas na região durante todo o século XX devastou a flora e por consequência, a rica fauna e os alagados. A esta altura, os índios Botocudo estavam aculturados ou domesticados e não seriam mais o problema de outrora, como cita Zunti (1941) (OCCA, 2014, p.14).

Até o século XIX, a região do rio Doce era composta por densas florestas e ocupada por povos indígenas, e também por comunidades negras originadas de fugas da escravidão. Dessa confluência de etnias, nasceriam as comunidades tradicionais da foz do rio Doce - como é o caso de Regência e Povoação (pescadores artesanais); Degredo (quilombola); Areal e Santa Maria (indígenas Botocudo); comunidade ribeirinha da margem direita da foz do Rio Doce; e Comboios (indígena Tupiniquim) - “que construíram seu modo de vida intimamente entrelaçado com as potencialidades oferecidas pelo ambiente fértil, como é o caso dos pescadores artesanais, dos ribeirinhos, das comunidades indígenas, quilombolas e camponeses” (OCCA, 2014, p. 35).

Apesar desse cenário harmônico entre as comunidades tradicionais ali existentes e a natureza, no momento atual essa realidade é profundamente marcada pelos conflitos existentes entre essas comunidades e projetos (des)envolvimentistas[1] implantados ao longo dos séculos XIX e XX, que passariam a provocar alterações impactantes sobre o modo de viver local: a derrubada de áreas de mata atlântica com a exploração de madeiras destinadas à construção civil e à produção de carvão; a drenagem das planícies de inundação do rio Doce na década de 1950, com a disponibilização das terras para a pecuária; nos anos de 1970, as pesquisas e a exploração do petróleo e gás, e a implantação da indústria de celulose com seus monocultivos de eucalipto; e mais recentemente, a especulação da construção do Superporto Manabi na margem esquerda do rio Doce, próximo à comunidade de Degredo, vinculado à atividade mineradora:

Assim como seus ancestrais, essas comunidades tradicionais vêm passando por um sofrido processo de expropriação de seus territórios e condições de vida, provocado pelos projetos desenvolvimentistas implantados nessa região. Opondo-se à matriz de racionalidade dos povos e comunidades tradicionais, outros processos territoriais se constituem, dirigidos por interesses econômicos e políticos hegemônicos que mercantilizam a natureza com o objetivo de gerar a acumulação desigual de riquezas. Os projetos desenvolvimentistas capitalistas permanecem invadindo esses territórios tradicionais, se apropriando de sua natureza e solapando sua organização social e econômica (OCCA, 2014, p.48-49).

Tendo em vista os conflitos existentes, pode-se perceber claramente a perpetuação das práticas de *colonialidade*[2] dos sujeitos hegemônicos (empresas e latifundiários) sobre os sujeitos subalternizados (comunidades tradicionais). Esses últimos, por sua vez, vêm construindo seus processos de resistência

frente às expropriações territoriais sofridas e buscando apoio junto a instituições como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Ministério Público Federal (MPF), no intuito de provocar o Estado para o reconhecimento de seus direitos aos territórios tradicionalmente ocupados.

ESCOLHAS METODOLÓGICAS PARA UM CONHECIMENTO DESCOLONIAL

Atualmente, temos adotado enquanto procedimento metodológico nas pesquisas realizadas pelo **Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA)**[3] algumas metodologias específicas que nos orientam na realização de pesquisas qualitativas, como foi a elaboração do *Relatório de Identificação da Comunidade Tradicional Ribeirinha da Margem Direita da Foz do Rio Doce* (2014)[4] e as atividades ora em desenvolvimento junto à comunidade de Areal, que pleiteia seu reconhecimento indígena pela FUNAI.

A escolha metodológica pela *Pesquisa Ação*, a *História Oral* e a *Cartografia Social* vem no sentido de produzir o conhecimento a partir dos saberes e experiências de vida das próprias comunidades, que narram suas histórias e identificam seus territórios. Ao adotarmos essas referências para a pesquisa, buscamos construir a descolonização do saber, através da ruptura em relação a uma pretensa superioridade do pensamento científico em relação a outras formas de conhecimento (MIGNOLO, 2002).

A *Pesquisa Ação* diferencia-se por seu caráter colaborativo e é construída conjuntamente pelos pesquisadores e os grupos focados nos estudos, onde não existe a divisão do trabalho intelectual, mas um alcance transversal ou horizontal. Dessa maneira, o método de Pesquisa Ação não busca hierarquizar o pensamento e o conhecimento do pesquisador em relação ao do pesquisado; na verdade, considera o pensamento e saberes dos grupos pesquisados enquanto principal potência para pensar as práticas de pesquisa.

Nesse sentido, temos também como base metodológica a *História Oral*, que considera a oralidade enquanto principal fonte de informação a respeito da comunidade estudada, e constitui uma riquíssima forma de produção do conhecimento, conservação e propagação dos saberes. Trata-se, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988), de um:

[...] termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período do tempo (p.19).

A *História Oral* é uma metodologia indispensável para compreender as especificidades do território em estudo, pois possibilita o levantamento de informações a respeito das territorialidades e identidades dos grupos pesquisados, abrindo espaço à voz dos sujeitos, os narradores das experiências vividas, e fortalece a memória dos indivíduos e do grupo: a memória ordena a percepção de si e do mundo, constrói e instaura o sentimento de pertença ao lugar e à coletividade (GUSMÃO, 1995).

Outra referência metodológica que vem sendo utilizada é a *Cartografia Social*, que se caracteriza pela identificação do território feita pela própria comunidade, que é protagonista do mapeamento e realiza sua própria cartografia de forma coletiva. Tivemos uma boa experiência com a realização da Oficina de Cartografia Social com a Comunidade Ribeirinha da foz do rio Doce, que foi importante para o

reconhecimento do território tradicionalmente ocupado - por atividades como a pesca, a coleta de frutos, os cultivos, etc. - e também para o processo de fortalecimento de sua identidade. No Brasil, as experiências de pesquisa com o uso desta metodologia têm destaque no *Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)*[5], que nasceu da construção do antropólogo e Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, da Universidade Estadual do Amazonas (UEAM).

Para realizar a *Oficina de Cartografia Social* com a Comunidade Ribeirinha, foi fundamental a utilização anterior da metodologia da História Oral, pois possibilitou levantar informações a respeito dos usos tradicionais e das relações com o território, sobretudo através das entrevistas com os informantes “privilegiados”, que são aqueles mais antigos e com mais histórias vivenciadas no lugar. Através destas informações, tivemos a possibilidade de instigá-los e auxiliarmos no processo de mapeamento do território, ajudando-os a relacionar as atividades ancestrais com seu território na contemporaneidade. O desenho do território tradicionalmente ocupado foi complementado com levantamentos georreferenciados de campo e ambos resultaram no mapa que é um dos importantes materiais para se dialogar com o Estado a respeito do reconhecimento de sua identidade e a necessidade de demarcação de seu território.

O relatório produzido colaborativamente pelo OCCA juntamente com a Comunidade Ribeirinha da foz do rio Doce foi finalizado no mês de agosto de 2014 e entregue à comunidade e também ao Ministério Público Federal-ES em Audiência pública que ocorreu na Vila de Regência Augusta (Linhares-ES). A construção do documento contribuiu para produzir a visibilidade territorial da comunidade e fortalecer sua luta pelo reconhecimento enquanto sujeito de direitos perante o Estado. Desde a entrega do relatório, não houve manifestação por parte do Ministério Público acerca do conflito fundiário.

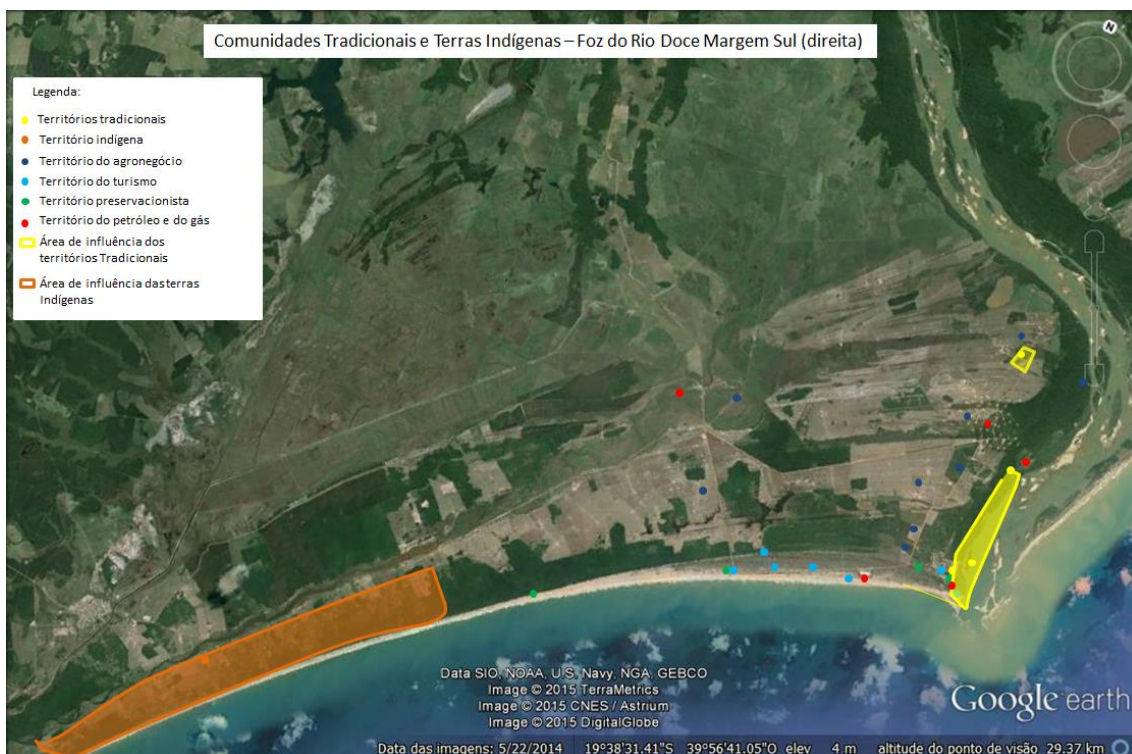


Imagem 1: Comunidades Tradicionais e Terras Indígenas – Foz do Rio Doce Margem Sul (direita).

Fonte: SALDANHA, Miguel (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RELEVÂNCIA DA EXTENSÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A universidade é um espaço que possibilita a agregação de inúmeros saberes e é base para formação de sujeitas e sujeitos. Desta forma, é um espaço de poder e de disputa, onde se coloca “em cheque” resgatar sua missão social, de construção de cidadania e reafirmação da luta por outro projeto de sociedade.

Acreditando que a universidade pode operar essa passagem do ignorar ao conhecer, através da prática investigativa e do trabalho da extensão, ocorre como uma abertura ao saber, criando assim, possibilidades efetivas de se romper com o processo nivelador a que a universidade submete os indivíduos. Ao fazer isso, a universidade estará formando o estudante e, sobretudo, um cidadão.

Paralelamente ao trabalho da pesquisa, a extensão produz outra forma de conhecimento. Ela é uma perspectiva através da qual o estudante entra em contato com o mundo que o cerca e é através dessa realidade que ele pode complementar o seu aprendizado, lendo aquilo que está à sua volta. Mas, para que isso ocorra, é necessário que se vejam as atividades de extensão como um processo do ensino e não como um simples acontecimento fora da universidade, em que os estudantes vão à comunidade para prestar serviços. Pelo contrário, a ideia de promover a extensão dentro da universidade vem ao encontro da ideia de se conhecer, reconhecer e dar visibilidade a outras formas de saberes e até mesmo do que chamamos de fato de *conhecimento*. Traz a ideia de nos questionarmos sobre a produção desse conhecimento e a serviço de quem estamos arregaçando nossas mangas.

A extensão é um processo educativo, cultural, científico e político que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Um espaço que convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, e que promove a aproximação da produção e transmissão de conhecimentos para além dos muros.

A partir desse entendimento, o *Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA)* vem realizando suas práticas, buscando articular os saberes científicos com os saberes das comunidades que se encontram em situação de *conflito territorial* oriundo da implantação de projetos desenvolvimentistas. Esse diálogo de saberes possibilita a elaboração de estudos, registros e documentos que testemunham a existência dessas comunidades em seus territórios tradicionalmente ocupados e orientados por matrizes de racionalidade distintas da matriz de racionalidade capitalista. Ao produzir a visibilidade desses territórios, nossos estudos vêm contribuindo para retirar essas comunidades da pretensa invisibilidade e inferioridade em que foram colocadas pelo imaginário ideológico colonizador; e nesse sentido, fortalecer seus processos organizativos e de resistência, fundamentais para toda conquista. Essas vivências e encontros de saberes constroem, também, um poderoso processo formativo dos estudantes, uma vez que possibilita o exercício prático da experiência do fazer pesquisa, aliado à reflexão e atuação sobre demandas concretas. Nesse sentido, contribuem para a formação crítica dos estudantes e sua futura atuação profissional.

Dessa maneira, ao reforçar e defender a importância da extensão na produção do conhecimento, nosso trabalho busca discutir o papel político da universidade, caracterizada, no Brasil, pelo destaque à pesquisa, em grande parte sem diálogo com as demandas sociais.

REFERÊNCIAS

- GUSMÃO, Neusa Maria. Terras de Uso Comum: oralidade e escrita em confronto. **Afro-Ásia** n.16, p.116-132. Salvador/BA: UFBA, 1995.
- MIGNOLO, Walter. El potencial epistemológico de la historia oral: algunas contribuciones de Silvia Rivera Cusicanqui. In: MATO, D. (coord.) **Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder**. Caracas: CLACSO y CEAD, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2002, p.201-212.
- OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS NO CAMPO (OCCA). **Relatório de Identificação da Comunidade Tradicional Ribeirinha da Margem Direita da Foz do Rio Doce**. Vitória, 2014 (mimeo).
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: **GEOgrafia** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ: UFF, vol.8, n.º 16, p.41-55., 2006.
- SALDANHA, Miguel Chaves. **Territórios sobrepostos e paisagens entrelaçadas: a Cabruca na margem sul da foz Rio Doce, Linhares – ES**. Relatório de pesquisa. Vitória, 2015 (mimeo).
-

[1] Remetemos, aqui, ao significado etimológico do *des-envolvimento*, enquanto um conceito que se refere a processos de ruptura (des) em relação ao envolvimento (evolver). Aplicando esse entendimento a situações concretas, processos que rompem com as práticas e referências organizativas de comunidades campesinas e tradicionais.

[2] Segundo Aníbal Quijano (2005), a *colonialidade* refere-se às relações de poder instituídas durante o momento colonial e que se perpetuam até os dias atuais através de uma classificação que cristalizou ideologicamente a superioridade do pólo colonizador-"civilizado"-desenvolvido sobre os povos colonizados-"selvagens"-não desenvolvidos.

[3] Projeto de extensão vinculado ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que tem entre seus objetivos registrar e monitorar os conflitos no campo no estado do Espírito Santo, oferecendo assessoria técnica às comunidades envolvidas.

[4] O **Relatório de Identificação Territorial da Comunidade Tradicional Ribeirinha da Margem Direita da Foz do Rio Doce** foi resultado de um processo de pesquisa realizado com a comunidade tradicional ribeirinha situada na foz do rio Doce e próximo à Vila de Regência, município de Linhares-ES, no período de setembro de 2013 a agosto de 2014.

[5] O PNCSA tem como objetivo dar ensejo à auto cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Brasil, no intuito de se ter um maior conhecimento sobre suas identidades coletivas referidas a situações sociais e territorialidades específicas, fortalecendo sua organização em movimentos sociais.